

## **O protagonismo silenciado da “indústria-riqueza do Brasil” no Portal G1: despolitização da fome como estratégia discursiva na manutenção do agronegócio<sup>1</sup>**

Wellington de Oliveira PEREIRA<sup>2</sup>

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

Paulo Henrique CAETANO<sup>3</sup>

Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, MG

Deborah Luisa Vieira dos SANTOS<sup>4</sup>

Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, MG

### **RESUMO**

A pesquisa discute a relevância da comunicação na constituição territorial, sendo ela própria parte da disputa, com especial atenção aos processos de despolitização da fome, entendendo-a como central na territorialização do agronegócio. A discussão teórica passa por estudos sobre o território em sua multidimensionalidade e a influência da comunicação na disputa territorial. Como estudo de caso, foi realizada uma análise indireta de enquadramento das matérias, que trazem a fome como elemento principal, veiculadas em setembro de 2022, pelo Portal G1. A análise é feita sob a perspectiva da despolitização, categorizando as causas, soluções e posições apresentadas nas matérias, inferindo sentidos a partir delas, dos contextos e da localização social do grupo analisado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agronegócio; Despolitização; Fome; Hegemonia; Território.

### **INTRODUÇÃO**

A comunicação é central na produção de sentido a partir de relações, de forma que os processos comunicativos não são atividades isoladas, mas vinculados a contextos e à constituição da realidade dos sujeitos interligados às relações de poder. O campo ainda é responsável por conferir visibilidade a outros campos, tornando-se estratégico para o reconhecimento social e para transformar questões sociais em demandas políticas (LIMA, 2006; THOMPSON, 1998). Assim, as disputas discursivas e por visibilidade midiática

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP – Geografias da Comunicação do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 5 a 8 de setembro de 2023.

<sup>2</sup> Mestrando em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista do Programa de Excelência Acadêmica/CAPES. E-mail: wellop16@gmail.com.

<sup>3</sup> Professor do Departamento de Comunicação Social, da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), e professor no Programa Interdepartamental de Pós-Graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade (UFSJ). E-mail: phcaetano@ufsj.edu.br.

<sup>4</sup> Mestra em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Diretora da UNIVALE Editora e professora dos cursos de Comunicação da Universidade Vale do Rio Doce. E-mail: deborah.santos@univale.br.

---

são centrais para as lutas hegemônicas, em especial, na compreensão dos territórios em sua constituição pela conflitualidade em espaços imateriais – nos quais acontecem as lutas simbólicas – e espaços materiais.

Entendendo os territórios em sua constituição baseada na conflitualidade, as intencionalidades dos agentes que os disputam, construídas ideologicamente e materialmente, são marcadores privilegiados na compreensão dos conflitos (FERNANDES, 2009). Dessa forma, em um movimento duplo, a concentração fundiária brasileira é consequência das relações sociais, econômicas e políticas historicamente construídas, ao mesmo tempo em que esses espaços materiais conferem ainda mais poder na atuação imaterial. Destaca-se como um dos resultados mais explícitos dessas dinâmicas, potencializado pela economia política neoliberal e que encontrou na gestão Bolsonaro (2019 a 2022) um momento de intensificação, em especial, da fome.

Em posição de destaque no debate sobre a fome está o agronegócio, agente central na disputa territorial. O setor alcançou grande poder no cenário econômico, político e social, atuando na construção ideológica e nas decisões políticas (MENDONÇA, 2018). Enquanto agente hegemônico, conta com o suporte estatal, de conglomerados midiáticos e do capital financeiro, formando um bloco que, apesar de sua heterogeneidade interna, atua de forma coesa. Como resultado, recordes de produção são noticiados diariamente, enquanto o crescimento da fome e da violência contra povos tradicionais, dimensões ligadas diretamente ao modelo produtivo e econômico do setor, são silenciados.

A despolitização se mostra fulcral para a aceitação do agronegócio, mesmo diante de seus ônus socioambientais, políticos e econômicos. Ainda que o setor recorra à despolitização em diversos temas, a fome ganha centralidade nesse texto por dois fatores principais: 1) a alimentação ser o mais básico dos direitos e que garante a sobrevivência das pessoas, tendo grande potencial noticioso e de comoção pública; 2) o agronegócio ter a produção e exportação de “alimentos” como uma das principais justificativas públicas.

O *corpus* de análise do trabalho foi construído a partir de pesquisa avançada no buscador do Google, delimitando a palavra “fome” nas editoriais de Economia e de Política do Portal G1, priorizando matérias de circulação nacional, e com recorte de tempo de 01 a 30 de setembro de 2022. Ciente da posição do Grupo Globo nas estruturas sociais e sua relação com o agronegócio, o texto explora os processos de despolitização da fome nas matérias analisadas, tendo a análise de enquadramento (VIMIEIRO; MAIA, 2011)

---

como base e recorrendo a uma classificação de posicionamento discursivo em relação à despolitização (MAESELE *et al*, 2017; AZEVEDO; VIMIEIRO, 2021).

## **A MULTIDIMENSIONALIDADE DO TERRITÓRIO**

O território é onde a história das sociedades se realiza a partir das manifestações da existência. Ao abranger diferentes elementos da vida social como poder, economia, política, comunicação, cultura, significações, representações, faz emergir seu caráter geopolítico como “produto e produtor de dinâmicas e eventos sociais, cujo sustentáculo está justamente nos vínculos materiais e simbólicos que o perpassam por meio das relações de poder” (BORGES, 2013, p. 53). O processo de produção territorial se dá, então, por meio das relações sociais relacionadas à conflitualidade de classes na disputa por modelos de desenvolvimento e de sociedade, o que torna classe e território indissociáveis (FERNANDES, 2009). A conflitualidade é entendida aqui como “o processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e ou as superações de classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios” (FERNANDES, 2009, p. 203), com as classes e atores sociais, em suas diferentes estratégias de reprodução socioterritorial, produzindo trajetórias conflitantes. Assim, é possível entender a redução de sentido do território, feito pelos discursos midiáticos e políticos, como forma de desterritorialização. A proposição do termo discurso será feita a partir de Fairclough (2001), compreendendo-o como uma forma de prática social e não atividade individual ou reflexo de variáveis situacionais. Dessa forma, o discurso se torna uma prática de significação e não somente de representação, sendo responsável pela constituição e construção do mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001).

Vetores impactantes na conflitualidade das disputas territoriais, as crenças do cotidiano e os hábitos de interpretação, sustentam a verdade, de modo que quanto melhor estabelecidos esses hábitos, mais fortes são as crenças que o envolvem e maior sua penetrabilidade social, possibilitando seu domínio na arena discursiva (ALZAMORA, 2021). Assim, as clivagens sociais são determinantes na disputa por sentidos, bem como na produção e apresentação pública do conhecimento, com as relações de poder e acesso a espaços de decisão sendo determinantes para emancipação ou manutenção de modelos hegemônicos socioterritoriais. Alguns grupos são beneficiados por um processo histórico

de construção conceitual, vinculado a uma teologia cristã e com continuidade na filosofia e nas ciências seculares, ancorado na supressão da sensibilidade e da localização geohistórica do corpo, buscando a construção da ideia de universalidade (MIGNOLO, 2017). Esse pensamento desconsidera especificidades territoriais e limita o desenvolvimento de novas formas de pensar e viver, estando impregnado de um “racismo moderno/colonial” que classifica como “inferiores e alheias ao domínio do conhecimento sistemático” produções externas ao Norte Global (MIGNOLO, 2017, p. 17). Dessa forma, o acesso desigual a espaços de decisão, de produção de conhecimento e de circulação de informação impacta diretamente na construção do estoque social de signos (BAKHTIN, 2006) acessados nas interações e atividades mentais, vulnerabilizando pessoas condicionadas a um cotidiano de monologismos que reforçam crenças dominantes e com pouca abertura para dúvidas.

A compreensão da constituição da atividade mental do sujeito como “território social” é valiosa para pensar a conflitualidade na configuração territorial, apreendendo que “a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema” (BAKHTIN, 2006, p. 7). Só que não são as palavras enquanto unidades da língua, sem autoria, mas em sua condição de enunciado, com autoria que revela uma posição (BAKHTIN, 2006). Os enunciados, lidos como unidades reais da comunicação, carregam “ecos e lembranças de outros enunciados, com que ele conta, que ele refuta, confirma, completa, pressupõe e assim por diante”, ocupando “uma posição numa esfera de comunicação de um dado problema” (FIORIN, 2011, p. 21). A centralidade da comunicação se torna ainda mais relevante ao reconhecer que a realidade é sempre acessada por mediação da linguagem, com os objetos sempre se apresentando cobertos de discursos (FIORIN, 2011).

## **A INFLUÊNCIA DA COMUNICAÇÃO NA DISPUTA TERRITORIAL**

O desenvolvimento dos meios de comunicação não é um acontecimento isolado da vida social, seja por seu poder na organização da produção e circulação da informação e do conteúdo simbólico, ou por seu papel nas formas dos indivíduos se relacionarem (THOMPSON, 1998). Entendendo a relevância da atividade simbólica na sociedade, atores e instituições que controlam a acumulação e circulação de conteúdo simbólico detêm grande poder e influência social (THOMPSON, 1998). Assim, a socialização dos

---

indivíduos e a formação da opinião pública está diretamente sob influência dos veículos midiáticos, com diferentes aspectos da vida humana sendo construídos e significados simbolicamente, bem como por sua atuação como legitimadora do que é público (LIMA, 2006). Dessa forma, a disputa no campo simbólico é essencial para a transformação do território, já que o imaginário social é construído a partir dele dentro de uma “luta simbólica”, ou seja, “pelo poder de conservar ou transformar o mundo social, conservando ou transformando as categorias de percepção deste mundo” (BOURDIEU, 1989, p. 142).

Com tanto poder na construção simbólica e influência no debate público, o paralelismo político é uma ameaça ao pluralismo de ideias e aos valores democráticos. Segundo definição de Albuquerque (2012, p, 8), “o conceito de paralelismo político se refere à percepção de uma convergência de objetivos, meios, enfoques e públicos entre determinados jornais e determinados partidos políticos”. Entendendo a política para além do campo institucional, essa leitura pode ser expandida à relação das mídias, de forma mais abrangente, e outros setores, que, ao ocultar seus interesses e posicionamentos, fragilizam o caráter democrático do espaço público. Intrínseco à discussão sobre o paralelismo, está o problema do latifúndio midiático brasileiro, relacionada direta ou indiretamente ao agronegócio<sup>5</sup>, com cinco famílias controlando cerca de 50% dos veículos de maior audiência do país<sup>6</sup>, sendo alinhados a um discurso hegemônico e com relações próximas a grupos políticos e ao agronegócio.

Diante dessa importância da comunicação e ciente da necessidade da aprovação pública para a atuação dentro da política, o agronegócio investiu na transformação de sua “imagem antiga”. Em 1998, depois do enfraquecimento, Luiz Hafers, presidente da Sociedade Rural Brasileira, já demonstrava preocupação em trabalhar a imagem e a comunicação do setor, afirmando que “num sistema democrático, o juiz final de todas as ações é a opinião pública, que por sua vez pressiona o Legislativo, que pressiona o Executivo. No governo totalitário tínhamos um atalho que era conhecer o ministro. Isso hoje não funciona mais” (CARVALHO, 1998, p. 3). Hafers demonstrou preocupação em não só melhorar a imagem do agronegócio, mas também em combater seus opositores,

---

<sup>5</sup>Disponível em: <https://diplomatie.org.br/agronegocio-e-midia-brasileira-onde-duas-monoculturas-se-conectam/>. Acesso em 11 de agosto de 2023.

<sup>6</sup>Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinco-familias-controlam-50-dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-indica-relatorio/>. Acesso em 11 de agosto de 2023.

---

como o MST, afirmando exitosamente que “nós agricultores terminamos o ano que passou com uma imagem menos ruim, e o MST com uma imagem menos benéfica” (CARVALHO, 1998, p. 5).

## **A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E DESPOLITIZAÇÃO DA FOME**

Desde sua origem, o agronegócio está vinculado a valores e crenças reacionárias e neoliberais, sendo resultado de interesses geopolíticos expansionistas e imperialistas dos EUA, endossados pelas classes dominantes nacionais (MENDONÇA, 2018). Apesar de ser publicizada como uma ação de cooperação internacional para produção de alimentos e de guerra à fome, a base política estava vinculada a um programa para conter a influência comunista e fortalecer a posição dos EUA e seus aliados (MENDONÇA, 2018). Assim, o modelo produtivo, assentado em uma base econômica, política e social, foi exportado para a América Latina, encontrando terreno fértil nas ditaduras (MENDONÇA, 2018). Entre os principais objetivos alcançados, que caracterizam o sucesso da expansão, está o escoamento de excedentes dos EUA, fortalecimento de empresas privadas, desregulação dos preços de alimentos e fragilização da reforma agrária, vista enquanto um atraso já que são para “agricultores pobres e ineficientes[...] acostumados a produzir para suas próprias famílias e não para o mercado”, sendo “analfabetos e incapazes de aprender novas tecnologias” (ROSS, 2000, p. 14 *apud* MENDONÇA, 2018, p. 39). A visão sobre sucesso da ação reafirma a posição de Fernandes (2009), que percebe o agronegócio como um modelo de desenvolvimento que afeta a população e a soberania do país, com os territórios de países pobres sendo dependentes de tecnologias estrangeiras e subordinados às economias dos países ricos, expropriando sujeitos e relações sociais que não são absorvidos.

Como elemento central para a aceitação do agronegócio, mesmo diante de seus ônus, tem-se o processo de despolitização. Dentre os vários temas em que o agronegócio se apoia na despolitização, a fome ganha destaque em nossa análise por dois fatores principais: 1) o direito à alimentação ser o mais básico dos direitos e que garante a sobrevivência das pessoas, tendo assim grande potencialidade noticiosa e de comoção pública; 2) o agronegócio ter a produção e exportação de “alimentos” como uma das

---

principais justificativas públicas não só hoje, mas desde a criação do termo *agribusiness* e sua implantação no Brasil.

Entendendo a complexidade e amplitude do conceito de despolitização, será adotada a tipologia proposta por Hay (2007). O tipo *I* é relacionado à construção de significados dentro da perspectiva dos participantes de conflitos sociais, permitindo existir o questionamento de situações, grupos e poderes, retirando-os da condição de natural e imutável. A despolitização relacionada a esse tipo está vinculada à tentativa de naturalizar condições, retirando as intencionalidades e conflitualidades que as envolvem.

A politização de tipo *II* está vinculada ao processo de ocupação da esfera pública por questões antes tratadas como do reino privado, fazendo com que problemas que eram vistos como individuais e da esfera íntima passem a serem entendidos como de interesse coletivo. Essa concepção está atrelada ainda a uma disputa de significação sobre conflitos, fatos, valores e interesses, de forma a validar aquela demanda (MAIA *et al*, 2020). Já o processo de despolitização associado a essa tipologia é característica de pessoas e grupos que buscam o retrocesso de questões do reino público à esfera privada.

O tipo *III* de politização trata da institucionalização, reforçando as responsabilidades governamentais para ampliar os direitos, redistribuir renda e desenvolver políticas públicas. Esse processo busca o enfraquecimento de grupos minorizados, desmontando políticas que têm a intenção de reduzir os níveis de desigualdade ou reduzir a vulnerabilidade desses grupos, além de deslocar responsabilidades do Estado para a sociedade civil ou outros setores.

Além das tipologias, duas posições discursivas em relação à despolitização ajudam no entendimento da nossa análise: a *Simplificação* e a *Relativização* (MAESELE *et al*, 2017; AZEVEDO; VIMIEIRO, 2021). A *Simplificação* reduz a questão a algo técnico, burocrático, partidário ou ao discurso de ódio, diminuindo o problema e apontando soluções fáceis. A *Relativização* diminui o problema a partir da normalização e comparação, deslocando o problema para o reino da necessidade, outro órgão ou instituição que não seja responsabilidade do governo.

Os elementos apresentados possibilitam compreender a publicização da fome de forma mais complexa. A permanência de desigualdades históricas no Brasil tem como um dos grandes fatores a concentração fundiária e de renda, mantidas ou agravadas durante a trajetória de constituição do país pós colonização. No entanto, mesmo



---

apresentando um dos maiores índices de desigualdade do mundo, o país conseguiu sair do Mapa Mundial da Fome em 2014. Esse avanço se deve a uma construção histórica de políticas públicas e do envolvimento de diferentes atores sociais, como pesquisadores, movimentos sociais, políticos, entre outros, apontando a importância dos contextos sociais e políticos no avanço ou retrocesso no combate à fome. Atualmente, o número absoluto de pessoas em insegurança alimentar grave – 33 milhões de pessoas – é maior que em 1993 – quando era de 32 milhões – e o Brasil voltou ao Mapa da Fome, no entanto, não existe um consenso sobre a “existência” da fome como existia no passado, dificultando ações em todas as esferas. A dubitabilidade quanto à insegurança alimentar tem forte influência dos processos de despolitização. Assim, é possível identificar uma nova característica na história das políticas de alimentação e nutrição no Brasil, já que elas são demarcadas não apenas pela implementação ou exclusão de projetos e programas, mas também por determinantes socioculturais de cada época.

A existência de antagonismo entre interesses econômicos e de saúde pública já eram apontados por Castro (1984), que enfatiza a existência de uma deformação no desenvolvimento da sociedade brasileira resultante do “latifundismo agrário-feudal”, fazendo com que as pressões modeladoras de forças econômicas e culturais se manifestem biologicamente, sendo a fome “a expressão biológica de males sociológicos”. O avanço do quadro de fome no país simultâneo a recordes na produção e exportação de grãos<sup>7</sup> é indicativo dessa condição.

Compreendendo o papel deliberativo da mídia, sua abordagem é central para a percepção social dessa contradição. Enquanto se exalta o desempenho econômico do agronegócio, vinculados a interesses privados, problemas estruturais característicos são ocultados, como a priorização de investimento público, concentração fundiária e desmatamento. Como, no atual modelo, o agravamento da fome está diretamente relacionado ao sucesso do agronegócio, recorre-se à desvinculação do setor em relação ao desmonte de políticas públicas de alimentação e nutrição e evita-se a abertura de debates sobre a insegurança alimentar enquanto fenômeno sociopolítico, possibilitando assim a espetacularização da fome dentro de narrativas que ora tratam o problema como natural, ora como resultado exclusivo da pandemia de Covid-19, escondendo o caráter

---

<sup>7</sup>Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2022/06/com-r-15-bi-de-exportacoes-em-maio-agro-bate-mais-um-recorde/>. Acesso em 11 de agosto de 2023.



---

estrutural e a natureza política e econômica. Assim, grupos sociais em insegurança alimentar se tornam ainda mais vulneráveis, tendo não só o direito à alimentação negado, mas também o direito à informação.

## **ESTUDO DE CASO: DESPOLITIZAÇÃO E ENQUADRAMENTOS DA FOME PELO G1**

O *corpus* de análise foi construído a partir de pesquisa avançada no buscador do Google, delimitando a palavra “fome” nas editorias de Economia e de Política do Portal G1. O recorte escolhido foi de 01 a 30 de setembro de 2022, com o objetivo de ilustrar algumas questões discutidas nos tópicos teóricos. Ao mesmo tempo em que o ano de 2022 pode apresentar uma variação sobre o tema, pois se trata de um ano eleitoral, ele também se mostra interessante por ser um momento em que se espera maior discussão sobre a fome. Além disso, o mês de setembro tem destaque por ter sido divulgado o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil.

A escolha do G1 toma como base o seu alinhamento com o discurso dominante sobre o agronegócio, inclusive com uma editoria exclusiva ao setor, e por pertencer ao Grupo Globo, maior conglomerado de mídia da América Latina. O grupo tem grande alcance e influência, tanto no processo de sociabilização do indivíduo como dentro da política e da economia, tornando seu posicionamento discursivo muito relevante para a construção da percepção social coletiva ao mesmo tempo em que essa formação é feita sob interesses e relações com outros setores e poderes.

No Portal G1, foram feitas buscas nas editorias de Política e de Economia, que engloba a seção “Agro: a indústria-riqueza do Brasil”. Durante a primeira análise, foi possível perceber que a fome era tratada somente dentro da editoria Economia, com a Política trabalhando o tema a partir das campanhas eleitorais ou de forma secundária. Assim, opta-se por analisar exclusivamente a editoria Economia, na qual foram encontrados 25 resultados na busca inicial, reduzindo para 6 após uma primeira análise para excluir matérias que não tinham o debate sobre a fome como ponto central.

Para analisar os conteúdos apresentados nas matérias, foi feita a coleta e categorização das informações de causas e soluções, explorando ainda informações complementares na construção da matéria, tendo a análise de enquadramento (VIMIEIRO; MAIA, 2011) como base e recorrendo a uma classificação de

---

posicionamento discursivo (MAESELE *et al*, 2017; AZEVEDO; VIMIEIRO, 2021). É feita a articulação dos contextos sociais, políticos e econômicos com as informações coletadas no intuito de construir sentidos.

## **A INDÚSTRIA-RIQUEZA DO BRASIL COMO DIRETRIZ DO GRUPO GLOBO**

Ainda que a editoria de Economia não se limite ao material produzido para a editoria Agro e suas subdivisões, a postura adotada é muito similar. A subdivisão “Agro: a indústria-riqueza do Brasil” não só dita o tom do veículo, mas também o posiciona no mundo. O intuito dessa subdivisão já é claro em seu título: a positivação e manutenção da imagem do agronegócio do país. No entanto, ainda que não seja o foco dessa análise, é importante apontar que a outra subdivisão da editoria, nomeada como Globo Rural, mantém o mesmo posicionamento. Problemas são abordados, mas de forma a direcionar suas causas para fora do setor agropecuário ou tratando de forma difusa, sem destacar a centralidade do agronegócio. As valências, de forma geral, tendem a ser positivas ou neutras para o setor, mesmo ao abordar fatos de valência negativa em outros meios.

Assim como na Globo Rural, a sub-divisão “Agro a indústria-riqueza do Brasil” aborda o universo da agricultura e pecuária como se fossem homogêneos. Ao fazer isso, o agronegócio é colocado como modelo produtivo único e abrangente, apagando as contradições existentes entre diferentes modos de produção e, principalmente, de vivências e sensibilidades de mundo. Assim, camponeses, quilombolas e indígenas são utilizadas para comover o público e gerar capital social, velando as privações sofridas diretamente relacionadas ao agronegócio, seja as violências mais imediatas, como expulsão de seus territórios, ameaças e assassinatos, ou pelas menos explícitas como estigmatização, apagamento de suas formas de vida e privação da participação nas decisões políticas. Como um dos resultados, está a população do campo ser o segundo grupo mais afetado pela insegurança alimentar com 60% dos domicílios apresentando algum nível, atrás apenas dos desempregados. Entre agricultores familiares e pequenos produtores, o nível mais grave de insegurança alimentar, a fome, atinge 21,8% dos lares<sup>8</sup>.

## **ANÁLISE**

---

<sup>8</sup>Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em 11 de agosto de 2023.

A partir do quadro 1, é possível perceber que, enquanto a imagem do agronegócio é trabalhada em escala nacional, as matérias sobre a fome são regionalizadas. A publicação de 6 matérias de escala nacional em um mês, simultâneo à divulgação da pesquisa sobre o agravamento da fome no país, é alarmante, assim como o silenciamento sobre a relação da situação com o agronegócio, celeiro do mundo em narrativas próprias.

Quadro 1 – Matérias veiculadas na editoria de Economia do Portal G1

	<b>Matéria</b>	<b>Data</b>	<b>Causas</b>	<b>Soluções</b>
01	Três em cada dez famílias enfrentam insegurança alimentar moderada ou grave	14/09	Renda, políticas públicas de distribuição de renda, pandemia	Políticas públicas de distribuição de renda
02	Guedes questiona relatório e diz que 'é mentira' que 33 milhões de brasileiros passam fome	21/09	-	Auxílio Brasil (como motivo para não existência da fome)
03	Feijão é a última barreira antes da fome; podcast conta histórias de quem produz e doa o alimento	13/09	Pandemia	Doação
04	Entenda se estoque de alimentos pode baratear a comida; especialistas divergem	26/09	Inflação dos alimentos, esvaziamento de estoques de alimentos	Políticas públicas de estoque de alimentos
05	Gente do campo: 'Menino abraçou a rúcula como se fosse ovo de Páscoa', conta agricultora que luta contra a fome	29/09	-	Doação
06	Auxílio Brasil só compra cesta básica em 5 de 17 capitais	18/09	Renda, inflação dos alimentos	Políticas públicas de distribuição de renda

Fonte: Elaboração própria, 2023.

As matérias apresentam postura de embate com o governo Bolsonaro sobre a fome, mas se limitando aos pontos ancorados nas figuras do Executivo, sem expandir o debate para uma escala maior da influência política institucional no cenário de fome. Assim, a discussão se limita à política de distribuição de renda, de forma bastante rasa, passando ainda por uma abordagem questionável sobre o papel do estoque público de alimentos. É importante perceber a falta de menção à reforma agrária e questões que envolvem o modelo produtivo do agronegócio, indispensáveis no debate sobre a fome, mesmo em matérias estreitamente vinculadas ao tema, como em “Entenda se estoque de alimentos pode baratear a comida; especialistas divergem”.

A contraposição entre os interesses de mercado e os interesses sociais podem ser percebidos de forma bem evidente ao discutir os estoques públicos de alimentos. É certo que não se trata de um fator único, mas é perceptível a existência de relação entre a

---

manutenção dos estoques, a inflação dos alimentos e a saída do país do Mapa da Fome em 2014<sup>9</sup>. Ainda que alguma inconsistência já fosse perceptível em 2015, o golpe de 2016 marca um ponto de inflexão nas políticas públicas de estoque de alimentos, agravando não só a fome, como também a sobrevivência de pequenos agricultores.

O aumento da vulnerabilidade socioeconômica vinculadas à dimensão política governamental foi constantemente negada pelo governo Bolsonaro, que recorre ao Auxílio Brasil para justificar a impossibilidade de existência da fome ou culpabilizar os indivíduos que se encontram nessa condição, representando o encontro das três tipologias apresentadas por Hay (2007). Apesar do título, a matéria “Guedes questiona relatório e diz que 'é mentira' que 33 milhões de brasileiros passam fome” em nada contribui com a discussão, servindo apenas como espaço para falar sobre economia, como questão técnica e não política, e reproduzir discursos despolitizantes. Guedes diz ser mentira os 33 milhões de pessoas com fome, pois o Auxílio Brasil transfere 1,5% do PIB aos pobres, superando a inflação, o que impossibilita a condição de fome dessas pessoas.

No entanto, ainda que se desconsidere outras relações que são ignoradas nesse discurso e parta do princípio do Auxílio Brasil, por si só, ser a solução para a extinção da fome, o argumento não se sustenta, já que os valores são insuficientes para a compra de cesta básica em 12 das 17 capitais brasileiras, como aponta a matéria “Auxílio Brasil só compra cesta básica em 5 de 17 capitais”. Ainda que a matéria não se coloque diretamente como oposição às falas de Guedes e Bolsonaro, ela cumpre esse papel, porém se prendendo à distribuição de renda por programas de assistência e em soluções individuais.

As matérias da editoria Agro tendem a um tom personalista, usando personagens para criar comoção. Essas matérias contam com links que direcionam o usuário a vídeos com a mesma abordagem, merecendo destaque uma série chamada “Gente do campo”, onde pequenos produtores são abordados como parte do Agro para passar a imagem de que são essas pessoas que fazem o agronegócio ser o que é, evitando a vinculação de uma concertação política multimilionária no imaginário social.

Assim, é possível observar que as matérias do Portal G1 buscam não citar questões estruturais em suas abordagens, adotando a Simplificação como posição discursiva principal de despolitização, reduzindo as questões a algo técnico e burocrático, apontando

---

<sup>9</sup>Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2022/09/26/entenda-se-estoque-de-alimentos-pode-baratear-a-comida-especialistas-divergem.ghtml>. Acesso em 11 de agosto de 2023.

soluções simplistas e individuais. Ainda que não naturalizem a fome, simplificam a resolução dos problemas à dimensão de distribuição de renda e condições mercadológicas, recorrendo também a ações individuais de doações com um viés de caridade. Somente a matéria “Entenda se estoque de alimentos pode baratear a comida; especialistas divergem” adota outra posição, a Relativização, colocando a manutenção de estoques, que se mostrou efetivo em gestões passadas, como algo a se pesar entre interesse social e mercadológico, além de limitar a opções dentro de um modelo produtivo regido pelo agronegócio e não abrindo espaço para uma discussão mais profunda em relação a outras formas de produção. Todas as ações são de forma a blindar o agronegócio, tanto em sua atuação como modelo produtivo, como em sua dimensão econômica e política, silenciando sobre seu papel no cenário de insegurança alimentar do brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Problema histórico no Brasil, a concentração fundiária é uma ameaça à existência dos povos no sentido alimentar, simbólico e político. A terra possui o poder de se definir e se expressar, permitindo determinar costumes, crenças e a sobrevivência de diferentes modos de vida. O que está em jogo não é apenas uma porção de terra, mas todos os elementos políticos, sociais e culturais carregados e construídos no território, incluindo uma transformação nos sistemas alimentares.

A posição de poder do agronegócio, bem como suas articulações com outros agentes, favorece o estabelecimento e a fixação de crenças favoráveis, ainda que exijam esforço contínuo frente às contradições e problemáticas inerentes ao seu funcionamento. A maior contradição está no potencial de produção de alimentos do setor, sendo publicizada para justificar a necessidade de investimentos cada vez maiores no modelo do agronegócio e legitimar sua expansão, ao mesmo tempo em que a fome cresce e espaços de plantio de alimentos são substituídos para produção de *commodities*.

A mídia, com sua pretensa imparcialidade e objetividade, é basilar nesse sentido, influenciando a percepção pública não só sobre o agronegócio enquanto sistema produtivo, mas velando a relação desta dimensão com a econômica e política. Por isso, estratégias como ataques pontuais à política, generalização da agricultura e demonização de movimentos contra hegemônicos são fundamentais, além de abordagens simplistas sobre problemas sociais, ambientais e econômicos, desvinculando-os do agronegócio.

Sensibilidades de mundo divergentes são reduzidas e deslocadas para o lugar de “outros”, vulnerabilizadas, facilitando a desterritorialização desses grupos e a entrada de agentes alinhados ao modelo hegemônico. Diretamente relacionada a esse processo, a despolitização se torna essencial, fragilizando as discussões e avanços sociais, bem como o entendimento sobre a realidade política e o alinhamento das consciências teóricas e práticas, criando o distanciamento entre a realidade vivida e a percebida, o que dificulta a identificação das raízes de problemas estruturais, como a fome.

Ao analisar as notícias do Portal G1, identifica-se claramente o seu alinhamento com o agronegócio. O “pensar agro” é muito importante nos veículos da Globo não só pelo que ela agenda em termos de sucesso do setor – o recorde de exportações, a produção de alimentos, a suposta geração de empregos – mas, principalmente, sobre os elos silenciados entre o agronegócio e suas diferentes dimensões de violência, incluindo a fome e os ataques aos povos do campo e da floresta. Assim, o modelo produtivo do agronegócio traz implícito um modelo econômico político que esvazia o sentido do território, transformando-o em espaço de gestão burocrática e financeira, apagando sua dimensão de espaço comum e vivência. No entanto, esse processo não acontece sem resistência, com a conflitualidade da disputa territorial sendo marcada pela violência, resultando, na maior parte das vezes, na desterritorialização dos grupos mais vulnerabilizados e na territorialização do capital, tanto no espaço material – com grande concentração fundiária e avanço das fronteiras agrícolas – como no imaterial – com sua ocupação nos espaços midiáticos, em espaços de produção de conhecimento e de decisões governamentais. Ciente disso, a disputa territorial passa pela disputa da palavra e da verdade, necessitando se desprender da colonialidade dos espaços (material e imaterial), centrais nas lógicas totalizantes do neoliberalismo.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Afonso de. O Paralelismo Político em Questão. In: **Revista Compólitica**. V. 2, N 1, ed. julho-agosto, ano 2012. Rio de Janeiro: Compólitica, 2012
- AZEVEDO, Agatha de Souza; VIMIEIRO, Ana Carolina. A política despolitizante de Bolsonaro: uma análise da posição pública do governo na cobertura jornalística sobre a liberação de agrotóxicos. In: **Compólitica**. 2021.
- BORGES, Rosana Maria Ribeiro. O território geográfico como categoria metodológica dos estudos em Comunicação Social e Jornalismo. In: **Contemporânea**. Nº 21. Ano 11. Vol. 1. 2013.

ALZAMORA, Geane C. A fixação da crença em torno da desinformação em contexto de infodemia. En C. Victor, C. Souza (Eds) **A pandemia na sociedade de risco: perspectivas da comunicação**. São Paulo: Eduepb, 2021. pp. 165-180.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª edição. HUCITEC, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989

CARVALHO, Patrícia. O mercado é bem mais impiedoso que o MST. *In: Agroanalysis: a revista de economia agrícola da FGV*. v. 18, n 2. Fundação Getúlio Vargas, p. 1-5, 1998.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. *In: SAQUET, Marco Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1ª ed. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2009. p. 197-215.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. Ática: São Paulo, 2011.

HAY, Collin. **Why we hate politics**. Cambridge: Polity Press, 2007.

LIMA, Venício A. de. **Mídia**. Crise política e poder. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

MAESELE, Pieter *et al.* In Flanders Fields: De/politicization and democratic debate on a GM potato field trial controversy in news media. **Environmental Communication**, v. 11, n. 2, p. 166-183, 2017.

MAIA, Rousiley C. M.; SILVEIRA, Bruna; ORLANDINI, Maiara; HAUBER, Gabriella; CAMELO, Pedro; INÊS, Leonardo Santa; CHOUCAIR, Thais. A teoria do reconhecimento em tempos de intolerância: retrocesso cultural e politização reativa. *In: HELLER, Barbara; CAL, Danila; ROSA, Ana Paula da. (Orgs). Mdiatização, (in) tolerância e reconhecimento*. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 109-130.

MENDONÇA, Maria Luisa. **Economia Política do Agronegócio**. 1ª ed. Annablume: PPGRI – UERJ: São Paulo, 2018

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. *In: Epistemologias do Sul*. Foz do Iguaçu, Paraná, 2017. p. 12-32.

THOMPSON, John Brookshire. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

VIMIEIRO, Ana Carolina; MAIA, Rousiley Celi Moreira. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, v. 18, n. 1, p. 235-252, 2011.